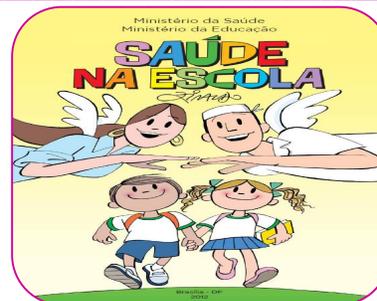


**PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: CUIDAR PARA GOVERNAR****Inácia Oliveira de Azevedo¹****Melquizedec Arcos Rodrigues²**¹ Faculdade de Ciências da Educação- FACED - Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Manaus, Amazonas, Brasil.² Escola Superior de Tecnologia - EST. Universidade Estadual do Amazonas - UEA. Manaus, Amazonas, Brasil.**ABSTRACT:**

This article reflects on the Public Policies of Health related to Disease Prevention and Health Promotion, in force in Brazil and in the city of Manaus, Amazonas, specifically referring to the school population of the Municipal Teaching Network of Manaus, namely: the Health in School Program (PSE). The objective of the study is to analyze the Program as a form of objectification and subjectivation of the individuals that live with the actions of this, within the municipal primary schools of the municipality. The analysis was made through the conceptual tools of Foucault on biopolitics, biopower and governmentality, among others. It is understood, from this research, that the School Health Program is another mechanism of power that seeks to control the population, characterizing itself as a form of governmentality, biopolitics and bio-regulation of the population.

KEY WORDS: *Health in School Program, biopolitics, biopower, governmentality.***RESUMO**

Este artigo reflete acerca das Políticas públicas de Saúde relacionadas à Prevenção de Doenças e à Promoção da Saúde, em vigor no Brasil e na cidade de Manaus, Amazonas, referente, especificamente, à população escolar da Rede Municipal de Ensino de Manaus, a saber: o Programa Saúde na Escola (PSE). O objetivo do estudo é analisar o Programa como forma de objetivação e de subjetivação dos indivíduos que convivem com as ações deste, dentro das escolas municipais de Ensino Fundamental do município. A análise foi feita por meio das ferramentas conceituais de Foucault sobre biopolítica, biopoder e governamentalidade, entre outras. Compreende-se, a partir desta pesquisa, que o Programa Saúde do Escolar é mais um mecanismo de poder que busca controlar a população, caracterizando-se como forma de governamentalidade, de biopolítica e bio-regulação da população.

PALAVRAS-CHAVE: *Programa Saúde na Escola, biopolítica, biopoder, governamentalidade.***1.0 INTRODUÇÃO**

A realidade atual existente é que a escola tem como função social sistematizar e disseminar conhecimentos. A população que tem sua vida envolvida e/ou afetada por ela a encara como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de diversas ações de disseminação de conhecimentos, dentre elas, ações de Educação para Saúde, uma vez que a escola é entendida como um espaço de formação e de construção do conhecimento e de formação de sujeitos sociais críticos.

A educação, de um modo geral, visa oferecer condições de acesso e de ampliação de cidadania mediante práticas educativas de sistematização dos conhecimentos socialmente acumulados pela

humanidade. Tais práticas são formalizadas no âmbito da escola cuja função primordial é a construção de conhecimentos gerais que permitam aos educandos apropriarem-se, paulatinamente e esquentemente, dos bens culturais historicamente produzidos pela sociedade (SILVEIRA, NADER & DIAS, 2007).

Este artigo tem como objetivo refletir sobre acerca as Políticas públicas de Saúde relacionadas à Prevenção de Doenças e à Promoção da Saúde, em vigor no Brasil e na cidade de Manaus, estado do Amazonas, tratando de um projeto da Prefeitura Municipal dessa Cidade relacionada à população escolar da Rede Municipal de Ensino de Manaus que é chamado de Programa Saúde na Escola.

Para tanto, realizou-se uma incursão sobre a temática, centralizando uma das iniciativas governamentais vigentes nos últimos anos em Manaus- o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo decreto presidencial nº 6.286/2007, como uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, na perspectiva da atenção integral (prevenção, promoção e atenção) à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino público básico, no âmbito das escolas em parceria com as Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF). O PSE tem como objetivo articular as Equipes de Saúde da Família e as escolas da rede pública de ensino com foco no enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento das crianças e jovens brasileiros.

Em Manaus, o Programa Saúde na Escola (PSE) foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde em 2008. Neste mesmo ano deram-se início as atividades de treinamento para os profissionais de saúde e de educação sobre o programa afim de que fosse posto em prática. Algumas unidades escolares iniciaram as atividades do PSE no segundo semestre de 2008. Foram selecionadas pares de escolas e Unidades Básicas de Saúde da Família, as quais iniciaram suas atividades em 2008, 2009 e 2010. (citar fonte).

A Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e de Educação (SEMED), neste ano de 2017, assinaram novamente o termo de compromisso do Programa Saúde na Escola (PSE), no qual são incorporadas 17 novas instituições de ensino, aumentando assim para 164 o número de escolas atendidas pelo programa distribuídas em todas as zonas do município de Manaus, conforme quadro a seguir:

Quadro 01: Quantidade de escolas atendidas pelo PSE ZONAS DISTRITAIS	QUANTIDADE DE ESCOLAS
Distrito Norte	40 Escolas
Distrito Sul	43 Escolas
Distrito Leste	35 Escolas
Distrito Oeste	38 Escolas
Distrito Rural	08 Escolas
TOTAL	164 Escolas

Fonte: (próprio autor).

O termo tem o objetivo de conjugar esforços visando à promoção e atenção à saúde, além da prevenção das doenças e agravos relacionados à saúde dos estudantes do programa. “Essas ações são coordenadas por equipes das duas secretarias. A Semsas disponibiliza equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) para operacionalizar as atividades dentro das escolas municipais e estaduais. Nas metas pactuadas no termo vigente foram criadas 12 ações:

1. Combate ao mosquito aedes aegypti;
2. Promoção das práticas corporais, da atividade física e do lazer nas escolas;
3. Prevenção ao uso do álcool, tabaco, crack e outras drogas;
4. Promoção da cultura da paz, cidadania e direitos humanos;
5. Prevenção das violências e dos acidentes;
6. Identificação de educandos com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação;
7. Promoção e avaliação de saúde bucal e aplicação de flúor;
8. Verificação da situação vacinal;

9. Promoção da segurança alimentar e nutricional e da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil;
10. Promoção da saúde auditiva e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração;
11. Direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/AIDS;

Promoção da saúde ocular e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração.

Para tanto, realizou-se a leitura das orientações para implantação do PSE nas escolas municipais de Manaus, verificando a dinâmica proposta para operacionalização e as relações entre educação e saúde na escola: as práticas de higiene e cuidado, através dos discursos disseminados através das ações do Programa que objetivavam a prevenção de doenças e a promoção da saúde do escolar, tomando como principal referência para as reflexões e análises as contribuições de Michel Foucault e outros autores.

Para Foucault a partir do séc. XVI começa a nascer uma preocupação com a arte de governar. É o período do movimento de concentração estatal que começa a instaurar os grandes Estados territoriais e, conseqüentemente, a superação do feudalismo. E o surgimento da preocupação com a questão “Como governar” as cidades que estão crescendo cada vez mais de forma desordenada e insalubre. Neste momento, a questão do governo surge assim descrita pelo autor: “Como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governados, como fazer para ser o melhor governador possível?” (FOUCAULT, 2008b, p. 118).

E é a partir do séc. XVIII que a questão do governo irá se desenvolver sob um novo olhar. Ao analisar os meios e instrumentos que o Estado utiliza para controlar os problemas que surgem na cidade, tais como: doenças epidêmicas (como a varíola), a fome (escassez alimentar), a guerra (morte), a distribuição demográfica, o controle da natalidade, entre outros, Foucault irá chamar esta arte de governar: de biopoder, ou seja, de um poder sobre a vida. Neste momento a sociedade ocidental passa a levar em consideração o fator biológico do ser humano, que passa a ser estudado pelas ciências humanas. Quanto mais conhecido, melhor para modificá-lo, transformá-lo, manejá-lo. A produção de saberes é imprescindível ao exercício do biopoder, isto porque, somente através de saberes que o poder se exerce positivamente. O saber tem efeito de poder porque demanda uma verdade. Nas palavras de Foucault, governar significa uma: “[...] prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 5). A arte de governar, como biopoder, não se exercerá mais sobre o corpo do indivíduo como na abordagem da sociedade disciplinar, mas sobre a população. Para Foucault o problema político moderno gira em torno da população. Assim, afirma:

[...] noção capital do século XVIII, é a população considerada do ponto de vista das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos (FOUCAULT, 2008b, p. 118).

Neste sentido, Foucault irá chamar o governo político em torno da população como biopolítica, ou seja, trata-se de governar populações, controlá-las, medicalizá-las, favorecer o seu crescimento e bem-estar. A população torna-se um objeto que importa conhecer para poder controlar. Somente é possível agir sobre ela, quando se conhece seus desejos, comportamentos, angústias, enfim, tudo que envolve a vida de um indivíduo. (FOUCAULT, 2008).

Segundo Foucault (2008b, p. 143) essa prática de governo que tem como alvo principal a população se efetiva através de dispositivos de segurança, o qual significa um conjunto de mecanismos que o poder dispõe para se exercer, o que pode ser descrito como, técnicas de vigilância, escolhas estratégias, normas e regras, saberes que visam o diagnóstico e a classificação, etc. Observa-se a ação destes mecanismos, por um lado, através de saberes veiculados nas ciências e na educação, por outro lado, por meio de técnicas/práticas como o exército, a polícia e decisões políticas. Tudo isso agindo sobre a população com vistas a alcançar fins desejados por uma prática governamental. A essa relação de poder (biopoder) e essa

prática política de governo (biopolítica) que se desenvolve a partir do século XVIII, Foucault chama de governamentalidade. (FOUCAULT, 2008).

Foucault (2008b, p. 143-144) expõe três abordagens que o termo governamentalidade refere-se em suas obras: primeiro, ao poder sobre a população exercido pelos dispositivos de segurança que são produzidos pela biopolítica; segundo, como forma de governo sobre os outros que se exerce através de aparelhos de governo sustentados pela produção de saberes; terceiro, a passagem de um governo que se tornou administrativo com o Estado monárquico do século XVI, para um governo que se desenvolve sob a forma de técnicas de controle de uma população. Segundo Foucault (2008b, p. 128), desde a Idade Média até o século XVI o governo soberano do príncipe, se exerce primeiro sobre um território, depois sobre os súditos que nele habitam, sendo a lei o exercício da soberania e o que permite alcançar uma finalidade. A partir do século XVIII, o exercício do governo irá se desenvolver sobre coisas, sendo sua finalidade agir sobre as coisas que ele dirige. Essas coisas que o governo tem que se encarregar, diz Foucault:

[...] são os homens, mas em suas relações, em seus vínculos, em suas imbricações com essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequidão, sua fecundidade. São os homens em suas relações com estas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar. E, enfim, são os homens em suas relações com estas outras coisas que podem ser os acidentes ou as calamidades como a fome, as epidemia, a morte (FOUCAULT, 2008b, p. 128-129).

No governo sobre coisas trata-se de agir por táticas, estratégias para alcançar sua finalidade.

2.0 EDUCAÇÃO ESCOLAR E HIGIENE

O texto de José Gondra, “Medicina, Higiene e Educação Escolar”, demonstra que desde o século XIX, projetos escolares eram gestados dentro de uma ordem médica que se preocupava com problemas de ordem social que envolviam a formação de novas gerações e a educação escolar, no qual se tinha como objetivo construir e higienizar o espaço escolar para a constituição de um indivíduo forte, puro e sábio.

No período do século XIX, o discurso médico defendia a localização da escola fora do espaço urbano não porque esses espaços eram agentes de contaminação da atmosfera escolar, mas porque não se encontrava na cidade condições de salubridade convenientes para os objetivos educacionais daquele momento histórico. E o discurso sobre a materialidade da escola não se restringia somente a sua localização, disposições internas de mobiliário e seus recursos materiais e humanos.

“Prevenir para não remediar”. Esse era o “Discurso” presente na sociedade brasileira ao longo do século XIX, onde os médicos chamados higienistas ganharam espaço e passaram a interferir na organização das cidades, de forma a retirar seus aspectos insalubres que causavam um certo “mal-estar social”, essa atuação ocorreu em virtude da desorganização e mau funcionamento das mesmas, que oportunizaram o surgimento de doenças e epidemias graves no espaço urbano. Diante desse panorama a Medicina deu início a sua reflexão e atuação sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando a neutralizar todo o perigo possível.

Seguindo os ideais iluministas do médico-filósofo inglês John Locke e do pensador francês Jacques Rousseau, os médicos brasileiros iniciaram um discurso pautado no “único” saber: o científico. Passou-se então a valorizar somente o que é comprovado cientificamente, as demais práticas que visavam à cura das doenças, como a Homeopatia, a Medicina Oriental e outras, foram banidas pela ordem médico-higienista. Para que essas práticas se consolidassem, era preciso investir maciçamente na formação do futuro médico, de maneira a moldá-lo àquela emergente visão social higienista.

Educar e civilizar são aí representados como atos solidários. Dupla ação a convergir para um único fim: eliminar os fatores adversos e produzir um futuro novo, regenerado, sem vícios e grandioso para os indivíduos, para a sociedade e para o Estado. No entanto, esta finalidade só seria atingida caso a educação escolar funcionasse como um verdadeiro decalque do projeto construído em nome da racionalidade médico-higiênica.

Dos tempos do império até dos dias atuais, a preocupação do Estado em “É melhor prevenir do que curar”: a higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas estão presentes de forma sistemática, através de Leis e Políticas Públicas, a Legislação atual revela que os governantes priorizam as proposições que visavam garantir a salubridade do espaço escolar, o desenvolvimento saudável e a preservação do físico da população escolar.

2.1 PROGRAMA SAÚDE DO ESCOLAR – PSE

2.1.1 A transformação do Espaço Escolar em Espaço de Higiene e Cuidado

Ainda hoje, o espaço escolar é visto, por diversos segmentos da sociedade, como um antídoto para todos os males causados pela pobreza, pois o sucesso escolar sempre foi percebido como elemento que pode proporcionar maior garantia para o êxito no mundo social e do trabalho.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No interior da escola estratégias de educar, disciplinar, reformar, punir e curar são desenvolvidas articuladas a outras de cunho político e social, objetivando regular a vida e as capacidades da criança. Com isso destaca-se a atuação não apenas do poder disciplinar, mas também do poder regulamentador desta instituição social e desenha um cenário político onde não se trata apenas de considerar a domesticação do corpo do aluno, da criança, mas o próprio controle do corpo de toda uma população escolar, através de medidas sanitárias, de higiene e etc. O que destaca o controle biológico como característico do poder contemporâneo. O poder disciplinar não desaparece, é claro, do cenário político, mas a tecnologia de poder não é mais centrada no indivíduo, mas em toda uma população. (Citar fonte).

Diante desse panorama, a escola é vista como um local privilegiado e fértil para que tais transformações aconteçam. Em função disso Machado (1978) afirmou que a escola é fundada nas determinações médicas, os sujeitos que nela convivem são objeto de atenção permanente. Portanto, tais sujeito devem ser penetrados, desvendados e subjetivados por uma autoridade médica. Isto é, “a presença médica não deve se restringir ao espaço da enfermaria; seu poder de decisão e organização deve ser amplo, ocupando toda escola”.

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) aponta a escola como o lugar ideal para se desenvolverem programas de promoção e educação em saúde de amplo alcance e repercussão, já que exerce uma grande influência sobre seus alunos nas etapas formativas e mais importantes de suas vidas. Em 1995, a OPAS definiu a promoção de saúde no âmbito escolar partindo de uma visão integral e multidisciplinar do ser humano, que considera as pessoas em seu contexto familiar, comunitário, social e ambiental.

Como proposta de saúde pública no âmbito da infância e da juventude, as autoridades Brasileiras criaram um programa educativo que foi implantado nas escolas brasileiras, o Programa Saúde na Escola (PSE). Esse programa no Brasil foi instituído em dezembro de 2007, resultado de parceria do Ministério da Educação (MEC) e da Saúde, com o objetivo de ampliar as ações de saúde para alunos da rede pública de ensino: fundamental, médio, rede federal de educação profissional e tecnológica e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Programa Municipal da Saúde do Escolar tem como principal objetivo promover a saúde do escolar da Rede Municipal de Ensino de Manaus, por meio de ações educativas, preventivas e curativas nas áreas de saúde geral, oftalmologia e odontologia.

No Brasil, educação e saúde são políticas sociais fundamentais para o desenvolvimento de um país. Porém, essas políticas, em vez de trabalharem a favor do desenvolvimento baseado na participação social, criaram uma relação atravessada pelo higienismo e pela medicalização do fracasso escolar. Com o tempo, os termos “saúde escolar” e “saúde do escolar” foram generalizados e passaram a nomear políticas e programas de saúde que se concretizavam na escola e Programa Saúde do Escolar é um deles.

A educação em saúde realizada nas escolas municipais de Manaus, através do Programa Saúde do Escolar, pode ser vista como reducionista, a partir do momento que realiza práticas impositivas, prescritivas de comportamentos ideais, que tornam os sujeitos objetos passivos das intervenções, que comumente são preconceituosas, coercitivas e punitivas. Logo, a atenção médica dentro do espaço escolar é voltada exclusivamente para o jovem estudante, seja ele criança ou adolescente, igualando-os a todos os outros, facilitando o controle sobre cada um.

A sabedoria institucionalizada nos diz que as crianças precisam de escola. A sabedoria institucionalizada nos diz que as crianças aprendem na escola. Mas esta mesma sabedoria institucionalizada é produto das escolas, pois o *sadio senso* comum nos diz que apenas as crianças podem ser instruídas na escola. Somente pela segregação dos seres humanos na categoria infantil conseguimos submetê-los à autoridade de um professor escolar. (ILLICH, 1973, p. 61).

Com isso pode-se supor que a articulação da educação e saúde, através do Programa Saúde do Escolar e suas ações, funciona com uma estratégia biopolítica do Estado, logo a educação em saúde pode ser pensada como uma ferramenta de educar, de governar e de conduzir, que opera uma cisão entre a simples e descompromissada transmissão de conhecimentos, para uma verdadeira arte que promove um governo das populações.

Promover saúde envolve acima de tudo a vontade do Estado e suas escolhas de ações que deveriam enfatizar a transformação real das condições de vida e de trabalho da população, por meio da articulação política de diferentes setores, articulando condições socioeconômicas justas e adequadas à população, reorientando os serviços de educação e saúde, visando à integralidade das ações, à participação social e ao empoderamento de sujeitos e da comunidade, potencializando assim a autonomia dos sujeitos, promovendo a prática da reflexão filosófica, e a conseqüente reconfiguração da educação/comunicação nas práticas de saúde do escolar. (AGAMBEN, G.2009).

Trabalhar “com” as pessoas, e não “para” as pessoas, é o objetivo das ações de promoção da saúde, considerando o meio ambiente em que elas vivem. Nesse sentido, é preciso compreender as práticas educativas como formas de poder, que se manifesta em um processo permanente de lutas contra as posições e relações de poder, nas quais todos estão envolvidos (TAVARES, M.F.L. et al. 2010)..

3.0 REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G.. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Editora Argos, 2009.
- ARAUJO, Inês Lacerda. **Foucault, formação de saber, o poder disciplinar e o biopoder enquanto noções revolucionárias**. Ítaca: Revista de pós-graduação em filosofia IFCS-UFRJ. N 14. 2009. Disponível em: <<http://revistaitaca.org/>>, acesso dia 12.06.2010.
- CASTRO, E.; **Vocabulário de Foucault: Um Percurso Pelos Seus Temas, Conceitos e Autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- FIMYAR, Olena. **Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais**. Revista Educação & Realidade: Governamentalidade e Educação. v34, n2, mai/ago 2009, p. 35-56. Disponível em: < <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/765>>, acesso dia 12.06.2010.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder** IN RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica Tradução Vera P. Carreto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Freire, K. do E. S. **Educação e Saúde Mental: Uma análise sobre queixas escolares em um CAPSi de Salvador- BA**. Dissertação de mestrado, UFBA. Salvador, 2017.

-
- ILLICH, I.. **Sociedade sem Escolas. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth.** Petrópolis: Vozes, 1973 [1970];
- Carvalho. E. J. G. **Gestão escolar.** Organização: Elma Julia Gonçalves de Carvalho ... [et al.]. - Maringá, PR : Secretaria de Estado da Educação do Paraná : Universidade Estadual de Maringá, 2008. 132p. il. ; 21 x 29 cm. Inclui bibliografia. 1. Escolas – Organização e administração. I.. II. Paraná. Secretaria da Educação. III. Universidade Estadual de Maringá. CDD. 22ª ed.;
- TAVARES, M.F.L. et al. **Abordagem avaliativa de uma experiência de promoção da saúde no Rio de Janeiro: a gestão do SUS no âmbito estadual.** Livro DAPS/ENSP, cap. 13, p. 333-350, 2010.